

# Nosso Guerra e Paz

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da UnB e membro da Comissão Internacional da Unesco para o Futuro da Educação

A leitura das 1.584 páginas dos três volumes do livro *Escravidão*, de Laurentino Gomes, passa a sensação das 1.575 páginas (na edição Nova Aguilar) do *Guerra e paz*, de Tolstói: um gostinho de quero mais. O leitor fica instigado a conhecer mais do tema e a continuar o prazer de ler. No caso de *Guerra e paz*, o leitor quer conhecer a continuação da história do povo russo. Com o *Escravidão*, queremos saber sobre a continuação desse sistema, mesmo depois da abolição. O próprio Laurentino Gomes conclui o livro com o capítulo “O dia seguinte”, ao Treze de Maio, mostrando a abolição incompleta, 130 anos depois. Ele indica a desigualdade nas condições de vida entre negros e brancos e afirma que “o racismo se mantém como um traço característico da sociedade brasileira”.

Fica faltando a história da escravidão no pós-abolição, como se os três volumes não bastassem para contar a saga do escravismo não terminado, cuja maldade tem o porte da barbárie do holocausto, do apartheid, persistindo sob a forma da desigualdade crescente, e durou muito mais e atingiu mais pessoas. A Lei Áurea foi duplamente escamoteada: não ofereceu educação, que não contemplava, e pagou indenização, que prometeu não fazer.

Uma escravidão moderna continuou por 100 anos sob a forma da negação de escola para os descendentes sociais dos escravos. Até o século 21, quando entram em vigor a lei do Piso Nacional Salarial do Professor e a obrigatoriedade de vaga em escola pública dos quatro aos 17 anos, mas mantém o sistema de educação dividido entre “escolas senzala” e “escolas casa grande”, conforme a origem social do aluno. Essa desigualdade é uma trincheira do escravismo.

Rui Barbosa decidiu queimar os arquivos da escravidão para impedir que os escravistas e seus descendentes cobrassem e recebessem indenização por causa da desapropriação do direito adquirido de possuir seres humanos que tinham sido comprados. Mas, desde então, cada orçamento público brasileiro é uma transferência de renda para investir em benefício dos descendentes sociais dos donos dos escravos, tirando recursos de projetos sociais que beneficiariam os pobres, descendentes sociais dos escravos, na sua maioria descendentes também raciais.

No ano 134º da Abolição, um único item, secreto (de R\$ 20 bilhões) no orçamento, e sem benefícios claros para a vida dos pobres, permite indenizar aos descendentes atuais de seus donos, com

R\$ 25 mil para cada um dos 800 mil escravos cativos em 1888. Soma-se a isso os subsídios e investimentos para a parcela rica: ao longo de três décadas percebe-se que a indenização continua sendo paga, em montantes muito maiores do que se imaginava à época. Por toda nossa história, a República tira dinheiro que deveria ser investido na educação, saúde, moradia, emprego dos descendentes dos escravos e os utiliza para financiar conforto e patrimônio de classes privilegiadas.

Tolstói não escreveu uma complementação para *Guerra e paz*, mas esperamos o quarto volume do livro *Escravidão*: os anos seguintes à Abolição. Enquanto esse novo volume não vem, cada casa brasileira deveria ter os três primeiros para contar a saga escravocrata, que durou quase todo o tempo de nossa história. Nos fazer perceber que quase todos os problemas que atravessamos — uma barreira ao progresso e um lamaçal na política — decorrem daqueles 400 anos que Laurentino nos descreve desde o primeiro leilão na cidade de Lagos, em Portugal. Cada criança

deveria aprender a ler conhecendo essa chaga sobre a qual o Brasil foi construído. Esta seria uma maneira de ensinar, pelas informações, passar gosto por ler, graças ao belo texto do livro, e despertar indignação com as maldades sociais que nossa elite política e econômica pratica há séculos. Além disso, usar o livro como um despertador moral e político para querermos fazer o Brasil melhor e mais belo, completando a Abolição.

A alma de um povo é construída por seus escritores, artistas e poetas quando eles são capazes de reunir rigor no conhecimento histórico com genialidade para escrever bem. Ainda mais quando suas informações e textos passam empatia pelo lado injustiçado da população. Escravidão é para ser lido e relido, porque está escrito com a qualificação de um investigador e a maestria de um escritor: consegue o rigor da análise, com a beleza do texto, sem esconder o horror do tema. Com essa saga, o Brasil tem seu *Guerra e paz*, descrevendo uma realidade que parece ficção, tanto quanto Tolstói escreveu uma ficção que parece realidade.



## O que é ser feliz?

» ISAAC ROITMAN

Professor emérito da Universidade de Brasília, pesquisador emérito do CNPq, membro da Academia Brasileira de Ciências e do Movimento 2022-2030 O Brasil e o Mundo que Queremos

Segundo o dicionário, felicidade é o estado de quem é feliz, um sentimento de bem-estar e contentamento. Os filósofos associam a felicidade com o prazer, com os sentimentos e emoções. Segundo Aristóteles, a felicidade seria o equilíbrio e harmonia, e a prática do bem. Para Epicuro, a felicidade ocorre através da satisfação dos desejos. Para Pirro de Élia, a felicidade acontecia através da tranquilidade. Para o filósofo indiano Mahavira, a não violência era um importante aliado para atingir a felicidade plena. Para o filósofo chinês Lao Tsé, a felicidade poderia ser atingida tendo como modelo a natureza. Já Confúcio acreditava na felicidade devido a harmonia entre as pessoas. No budismo, a felicidade ocorre através da liberação do sofrimento e pela superação do desejo, através do treinamento mental.

Para Immanuel Kant, a felicidade é a condição do ser racional no mundo, para quem, ao longo da vida, tudo acontece de acordo com o seu desejo e vontade. Para Friedrich Nietzsche a felicidade é frágil e volátil. E complementava, a melhor maneira de começar o dia é, ao acordar, imaginar se nesse dia não podemos dar alegria a pelo menos uma pessoa. Segundo Albert Einstein, uma vida calma e modesta traz mais felicidade do que a busca do sucesso combinada com uma constante inquietação. Por outro lado, Hannah Arendt introduziu o conceito de felicidade pública com a participação pública nas questões políticas, da possibilidade de reunião, da alegria do discurso, da possibilidade de persuadir e ser persuadido, a liberdade pública de agir em conjunto.

O psiquiatra Sigmund Freud defendia que todo indivíduo é movido pela busca da felicidade, mas essa busca seria uma coisa utópica, uma vez que para ela existir, não poderia depender do mundo real, onde a pessoa pode ter experiências como o fracasso, portanto, o máximo que o ser humano poderia conseguir, seria uma felicidade parcial.

Diante dessa imensidão conceitual do significado da felicidade, não me atrevo a questionar nenhum dos conceitos acima reproduzidos. No entanto, penso que é legítima a pergunta que dá título a esse artigo: O que é ser feliz? A inspiração para surgir esse questionamento está ligado a uma experiência real que tive recentemente e que passo a descrever.

Recebi em minha residência uma parente brasileira que há alguns anos foi morar em Israel. Ela veio acompanhada da filha mais nova nascida em Israel que tem 2,5 anos. A criança domina três línguas: hebraico, inglês e português o que reforça o potencial cognitivo dos primeiros anos de vida. Inicialmente a criança no colo da mãe não queria fazer interação e pedia para ir embora. Para iniciar uma comunicação com ela, cantei, ri e fiz até uma magia. Sucesso total. A criança não parou. Parecia uma boneca de corda, cantava, dançava, sorria. Ela rodopiava, como se fosse um pião.

De repente, enquanto rodopiava, gritou: “Eu estou feliz”. Fiquei emocionado e arrepiado, admirando o sorriso encantador da criança. Nos dias que seguiram essa cena não saía de minha cabeça e procurei refletir um pouco sobre a felicidade. Percebi que, apesar de pouco tempo de vida, aquela criança me ensinava que o sentimento de felicidade se concretizava através da interação humana e a linguagem da arte, música e dança.

Apreendi que a palavra felicidade, deve ser usada no plural. Existem inúmeras formas de felicidade. Não é por acaso na canção de aniversários, a palavra é usada no plural (muitas felicidades, muitos anos de vida). Apreendi também que poder ter a interação com uma criança é uma forma pura e cristalina de ser feliz. No episódio que relatei, a felicidade foi mútua. A criança não teve barreiras para expressar os seus sentimentos e eu não a limitei gritando, pois estou limitado para obedecer às regras sociais.

É pertinente relembrar dois pensamentos de Carlos Drummond de Andrade: “Há duas épocas na vida, infância e velhice, em que a felicidade está numa caixa de bombons”; “Ser feliz sem motivo é a mais autêntica forma de felicidade”. Foi o que aconteceu, de repente, com o convívio com aquela encantadora criança. Vou lembrar-me dela como uma fada da felicidade. Que maravilha se todas as crianças pudessem ser como ela. Poderíamos imaginar um futuro glorioso e feliz para a humanidade, que hoje carece de felicidades.

## Extensão litorânea, mercado consumidor e produção de commodities não garantem a competitividade dos portos

» PATRÍCIO JUNIOR

Diretor de Terminais e Investimentos na TIL Group (Terminal Investment Limited)

O Brasil costuma se orgulhar da longa extensão de litoral e seus quase 7,5 mil quilômetros de praias. Também é um grande produtor de grãos e alimentos — o poder de nosso agronegócio é reconhecido no mundo — e minerais em boa quantidade, fatores que nos asseguram um posto importante de produtor de commodities para os mercados internacionais. Somos um mercado consumidor poderoso, estamos entre as 10 maiores economias do mundo. Ainda assim, lamentavelmente, nossos portos não são tão competitivos como poderiam ser.

Para ter uma ideia, independentemente da posição do Brasil na economia mundial — no auge do boom das commodities, no fim dos anos 2000, chegamos a estar em sexto lugar — estamos apenas em 29º lugar na movimentação de contêineres, se comparados a outros países do mundo. Respondemos apenas por 1% do comércio mundial em contêineres.

Uma das razões para esse cenário tímido é o fato de o Brasil estar distante das principais rotas comerciais do mundo, concentradas sobretudo no Hemisfério Norte. Ainda assim, com o potencial econômico do país, seria possível melhorar nossa inserção no cenário internacional. Mas, quando pensamos nisso, nos deparamos com nossos problemas internos que nos impedem de avançar em direção ao crescimento econômico.

Estudo feito pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), em parceria com a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do

Ministério da Economia, estimou em R\$ 1,5 trilhão o Custo Brasil, valor que representa pouco mais de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Ele é composto por uma série de gargalos que fazem com que as empresas brasileiras precisem pagar mais para produzir a mesma coisa que os demais players internacionais.

A partir desse cálculo foi elaborada uma mandala do Custo Brasil, com 12 eixos. Alguns impactam diretamente na atuação portuária, como os problemas de infraestrutura nacional. Documento apresentado pelo MBC e pela Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, no início de julho, mostrou o desequilíbrio na matriz logística de transportes, com uma concentração de 66,2% em rodovias e 17,69% em ferrovias — caminho mais usado para transportes de minérios, por exemplo. Outras questões são intangíveis, mas impactam diretamente o modelo de negócios portuário. A insegurança jurídica talvez seja a principal delas. As regras precisam ser claras e perenes para que não atrasem investimentos que poderiam colocar o Brasil em um outro patamar de desenvolvimento.

Atualmente, a questão da verticalização nos terminais portuários, prática comum em todo o mundo, transformou-se em uma grande polêmica que impacta nos projetos de licitação de novos terminais no Porto de Santos, por exemplo, o maior do país e da América Latina. Atores que representam a vanguarda do atraso do setor portuário querem a todo custo garantir uma “reserva de mercado” e para isso tentam confundir autoridades

e técnicos com falácias que colocam o país na contramão do mundo desenvolvido. Comprovadamente, a integração vertical é fundamental para ganho de eficiência e aumento de competitividade do Brasil perante o mundo.

Tivemos avanços importantes nos últimos anos, com a aceleração dos processos de concessão e licitação de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Mas estamos em período eleitoral e, independentemente do resultado das urnas, é fundamental ter em mente que os projetos de desestatização precisam, sempre, ter como princípio a liberdade de concorrência e segurança jurídica para que se possam atrair investimentos para a infraestrutura nacional, principalmente a portuária. Estamos cientes, também, que nossas instituições são suficientemente maduras para, com medidas de controle eficazes, coibir quaisquer riscos concorrenciais.

Mais uma vez, é ano de Copa do Mundo, período que sempre nos consideramos favoritos ao título, sem nos preocuparmos com problemas extracampo ou com a qualidade de nossos jogadores. Guardadas as devidas proporções, no caso de investimentos estrangeiros, apesar de nossos vários problemas e da competição com outras nações mais atraentes e desenvolvidas, sempre somos vistos pelo mundo como um local atraente, por fatores como ausência de conflitos (guerras) e de catástrofes climáticas. São fatores que contam a nosso favor. Mas temos de fazer nosso dever de casa para nos tornar realmente competitivos perante poderosos concorrentes mundiais.